

DECRETO Nº 2.302
De 18 de outubro de 1993.

Regulamenta a Lei nº 1.678/93,
que autoriza o Município a implantar
Banco de Materiais de Construção.

Dr. ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO, Prefeito Municipal
de Santo Ângelo, no uso de suas atribuições legais e devidamente
autorizado pela Lei nº 1.678, de 01 de julho de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º - O Banco de Materiais de Construção
criado pela Lei nº 1.678/93 tem por objetivos:

I - melhorar as condições habitacionais da
população de baixa renda.

II - auxiliar as entidades filantrópicas, religio-
sas e comunitárias, sem fins lucrativos, na manutenção e melhoria
de suas sedes e equipamentos comunitários.

Art. 2º - Os materiais de construção poderão
ser fornecidos pelo banco nas seguintes modalidades:

I - Doação

II - Financiamento

Parágrafo Único - É permitido ao mesmo beneficiá-
rio receber parte do material em doação e parte por financiamento.

Art. 3º - Os materiais de construção fornecidos
aos beneficiários poderão ser destinados para construção, reforma,
ampliação e manutenção de:

I - unidades residenciais habitadas por famílias
com renda de até 03 (três) salários mínimos.

II - sedes das entidades.

III - equipamentos comunitários mantidos pelas
entidades.

Art. 4º - No ato da inscrição e solicitação
de material os interessados deverão preencher cadastro contendo:

I - identificação do solicitante.

GOVERNO DE MUDANÇA

- 02 -

II - Rendimentos do grupo familiar, incluindo, quando for o caso, de seus filhos e dependentes.

III - Composição do grupo familiar.

IV - Comprovação de residência no Município.

V - Comprovação de que o imóvel é o único pertencente ao grupo familiar.

Art. 5º - Para solicitação de material as entidades deverão estar cadastradas junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 6º - Os interessados deverão apresentar a relação de materiais necessários para a execução da obra e indicar a modalidade pela qual estão solicitando o material.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Habitação tomará as providências para se certificar da necessidade dos materiais solicitados e de sua integral utilização na obra.

Art. 8º - Quando a quantidade de material disponível, em cada modalidade, for inferior ao volume de solicitações, a seleção será feita observando os seguintes critérios:

I - PARA PESSOAS FÍSICAS:

- 1º) Precariedade da habitação;
- 2º) Renda percapita familiar - Resultado da divisão da renda familiar pelo número de membros da família;
- 3º) Tempo de residência no Município.

II - PARA ENTIDADES:

- 1º) Interesse público e social da obra;
- 2º) Número de beneficiados pela obra.

Art. 9º - Quando o material for destinado na modalidade de financiamento será assinado contrato entre o beneficiário e o Município, contendo:

- I - Montante financiado, calculado pelo valor do material na data de entrega;

GOVERNO DE MUDANÇA

- 03 -

- II - Prazo de carência;
- III - Período de Amortização;
- IV - Forma de reajuste;
- V - Obra a ser executada;
- VI - Relação de material financiado.

Parágrafo primeiro - A carência, de 0 a 6 meses, será determinada em função do tempo necessário para a execução da obra.

Parágrafo segundo - O número de prestações será determinado dividindo o montante contratado pelo que for menor, entre 1/3 da Unidade Fiscal do Município e 10% da renda familiar.

Art. 10 - O valor máximo a ser financiado será o equivalente A 25 (vinte e cinco) Unidades Fiscais.

Art. 11 - A seleção dos beneficiados pelo Banco será feita por uma comissão constituída pelos seguintes Secretários Municipais:

- I - Habitação;
- II - Trabalho e Ação Social;
- III - Planejamento.

Art. 12 - O material de construção do banco será depositado em almoxarifado próprio para cada modalidade.

Art. 13 - Cada almoxarifado manterá registro permanente de entradas e saídas de material, bem como o controle contábil do mesmo.

Art. 14 - Por ocasião da entrega do material o beneficiário assinará o termo de recebimento do mesmo.

Art. 15 - Os materiais de construção recebidos em doação pelo Banco não poderão ser usados na modalidade de financiamento.

GOVERNO DE MUDANÇA

- 04 -

Art. 16 - As despesas decorrentes da aquisição de material de construção destinado ao Banco correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, conforme a modalidade:

I - MODALIDADE DE DOAÇÃO:

1202.10573162.057 - Manutenção Programa habitação

Popular

3.1.3.2 - Outro Serviços e Encargos

II - MODALIDADE DE FINANCIAMENTO:

1202.10573161.057 - Implantação Banco de Material

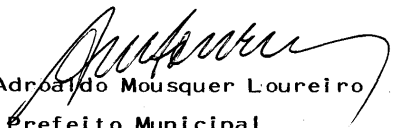
de Construção

4.2.3.0 - Aquisição de Bem para Revenda.

Art. 17 - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO,
em 18 de outubro de 1993.


Dr. Adroaldo Mousquer Loureiro
Prefeito Municipal

GOVERNO DE MUDANÇA